Senado fecha cerco à gastança

7 MAR 1997 CORREIO BRAZILIENSE

Aluguel de espaço cedido a usuários será cobrado para ajudar na manutenção. E empregados requisitados serão devolvidos

As agências bancárias, partidos, assessorias parlamentares e entidades que têm instalações no Senado terão que pagar pelo espaço que usam a partir de abril. A decisão, tomada pela Mesa Diretora, será assinada hoje pelo presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). A medida inclui até mesmo o PFL, que ocupa salas no Anexo I. Será cobrada uma taxa proporcional à área ocupada, para cobrir as despesas com luz, água, ar condicionado, telefone e limpeza.

Antônio Carlos assinará também ato da Mesa que prevê a cobrança de fotocópias e impressos. "Tudo será cobrado dentro das possibilidades de cada entidade, até para que não haja abusos", disse. Funcionam atualmente no Senado, além da presidência do PFL, a Fundação Pedroso Horta, do PMDB, agências do Banco do Brasil e assessorias parlamentares dos ministérios e órgãos do governo. A ocupação é gratuita e o Senado arca com as despesas.

As medidas dão continuidade ao plano de redução de gastos, anunciado no fim de semana em reunião com os diretores do Senado. Será feito um levantamento dos custos por metro quadrado e o total deverá ser rateado pelos ocupantes dos espaços.

A diretoria-geral também decidirá hoje o preço a ser cobrado pelas fotocópias e impressos. Serão pagas as cópias solicitadas à Biblioteca e ao Serviço de Informação Legislativa, que fornece dados sobre a tramitação de projetos. Nem os parlamentares escapam. Eles também terão que pagar pelos serviços se ultrapassarem a cota de papel a que têm direito.

Antônio Carlos determinou ainda que as requisições de funcionários cedidos não sejam renovadas e que eles retornem a seus postos originais. "O funcionário cedido terá que voltar a trabalhar ou desistir de ser servidor", explicou. Além disso, o primeiro-secretário, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), está revendo os contratos com empresas prestadoras de serviços.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Antônio Carlos explicou que até o fim deste semestre o Congresso Nacional irá aprovar emenda constitucional limitando a edição de medidas provisórias pelo Executivo. A afirmação foi feita depois de reunião com os líderes dos partidos na Câmara e no Senado. As duas Casas farão um projeto único que regulamentará o uso das medidas provisórias. Enquanto a emenda não for aprovada, as sessões do Congresso dedicadas à análise dessas medidas e vetos presidenciais a projetos passarão a ser realizadas de 15 em 15 dias, sempre às quartas-feiras à tarde.

Nesses dias, não haverá sessões da Câmara nem do Senado. Hoje, existem 1.579 medidas provisórias e mais de 500 vetos presidenciais à espera de votação. "Acertamos que ainda neste semestre teríamos uma decisão final sobre a reedição de medidas provisórias", afirmou Antônio Carlos. Para forçar o comparecimento às sessões do Congresso, ficou definido que os parlamentares ausentes terão descontos em seus salários.

Na terça-feira, os líderes dos partidos se reúnem novamente para decidir quais as medidas provisórias que serão colocadas em votação. Ainda não foi marcada uma data para o início das sessões do Congresso nas quarta-feiras, mas Antônio Carlos pretende que, na próxima semana, já sejam votadas 12 medidas provisórias.

A elaboração de um texto único limitando o uso de medidas provisórias pelo presidente Fernando Henrique será discutida na próxima semana. Uma comissão mista fará um texto de consenso das duas Casas.

Carlos Moura

Antônio Carlos acerta com líderes partidários a elaboração de um projeto único que limita a emissão de MPs